



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

LEI Nº 19 / 92

DATA: 30 DE JUNHO DE 1.992

**SÚMULA:** Regulamenta a movimentação do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste e dá outras providências:

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprouou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, criado pela Lei Municipal Nº 18/92, terá sua movimentação disciplinada conforme o disposto nesta Lei.

Art. 2º. O Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, é propriedade comum do Município e dos Servidores Municipais, enquanto servidores, ativos ou inativos.

Art. 3º. O Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste ( FPMPD ) será gerido pelo Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal.

Art. 4º. Fica criado o Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste - COFFP.

Art. 5º. O Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, será composto de 05 membros, sendo um representante do Executivo Municipal, um representante do Legislativo Municipal, um funcionário em atividade, um aposentado e um pensionista, sendo os três ultimos escolhidos em eleição que se efetuará em voto secreto dos servidores municipais estáveis, mediante as normas expedidas pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Caberá ao Conselho o serviço Fiscalizador, acesso a informações de qualquer natureza, além de boletins sobre receitas/despesas do Fundo.

§ 2º - Ao Conselho caberá também a participação fiscalizadora nos destinos de verbas dos benefícios.

Art. 6º. O COFFP é o órgão encarregado pela fiscalização e aplicação dos recursos do FPMPD.

Art. 7º. Mensalmente o Departamento Municipal de Finanças fornecerá ao COFFP relatório sobre a posição dos saldos do Fundo, com detalhamento da receita e despesa do mês.

Art. 8º. A aplicação do Fundo será aquela estabelecida na Lei Nº 18/92 e Leis posteriores, não sendo permitida qualquer alteração neste sentido exceto se aprovada em Assembleia Geral constituída pelos servidores ativos e inativos e pensionistas, por um mínimo de 80% do total dos servidores e pensionistas existentes.

§ 1º - A Assembleia Geral somente deliberará com o quorum mínimo de 80% do total dos servidores e pensionistas.

§ 2º - A decisão tomada pela Assembleia, aprovada conforme definido neste artigo, será objeto de Projeto de Lei de iniciativa do Executivo e para sua aprovação será exigido o voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara Municipal.

Art. 9º. A partir de janeiro de 1.993, as despesas com pensionistas e servidores inativos, correrão a conta do Fundo de Previdência do Município.



# Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

pio de Pérola D'Oeste.

Art. 10. O Banco encarregado da aplicação do recurso do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, somente fará débitos ao FPMPD, mediante ordem de débito e crédito nas contas respectivas, dos valores das folhas de pagamento de inativos e pensionistas, auxílio-doença ou auxílio-funeral.

Parágrafo Único - As ordens de que trata este artigo deverão ser rubricadas pelo Presidente do COFFP.

Art. 11. A Legislação Municipal será adaptada a partir da vigência da Lei Complementar, citada no parágrafo segundo do artigo 202 da Constituição Federal, que disciplinar a forma de compensação entre os diversos sistemas previdenciários existentes.

Art. 12. Não será objeto de discussão ou de deliberação da Câmara Municipal qualquer projeto de lei que proponha alteração nesta Lei, na Lei Nº 18/92, ou ainda que institua benefícios a serem suportados pelo FPMPD, sem que o projeto tenha sido aprovado pelo COFFP e por Assembleia Geral dos Servidores do Município de Pérola D'Oeste.

§ 1º. A não observância do disposto neste artigo implicará em nulidade do projeto de lei que dele se originar.

§ 2º. Não será permitido o voto por procuração.

Art. 13. O Prefeito Municipal regulamentará por Decreto a forma de constituição COFFP, observando o disposto no artigo 5º desta Lei.

Art. 14. Após constituído o Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, deverá elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 15. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois.

  
Domingos João Ribeiro  
Prefeito Municipal

**PUBLICADO**

JORNAL: Trombeta  
EDIÇÃO: 176 PÁG. 1  
DATA: 07.08.92